

FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2018

*Unir as ONG do Património em
Defesa da Nossa Herança Comum*

Auditório da Biblioteca Municipal de Alcobaça
28 de Setembro de 2018

organização:



apoio:



O encontro foi uma organização do Fórum do Património (www.forumdopatrimonio.pt) e da Associação para a Defesa do Património da Região de Alcobaça (ADEPA) com o apoio da Câmara Municipal de Alcobaça e sob os auspícios do ICOMOS.

O Fórum do Património é constituído pela maioria das Organizações Não Governamentais (ONG) do Património que se encontram ativas em Portugal, subscritoras da Declaração Final do encontro realizado em 10 de abril de 2017 na Sociedade de Geografia de Lisboa, sob a direção duma comissão constituída por sete dessas organizações:

GECORPA – Grémio do Património, que coordena

Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos

Associação Portuguesa de Casas Antigas

Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e a Proteção do Património

Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém

Fórum Cidadania Lx

As linhas de ação do Fórum do Património são as definidas na Declaração Final do Encontro de abril de 2017.



Com a realização da sessão do passado dia 28 de setembro de 2018, em Alcobaça, cumpriu-se uma etapa relevante da iniciativa Fórum do Património, que em 2017, lançou as bases para unir as ONG em defesa da nossa Herança Comum. O decurso da iniciativa de 2018 contou com a participação de um conjunto de oradores, quer os que representaram ONG que militam pela salvaguarda do nosso Património Cultural, quer os que a CO convidou no âmbito dos três temas em que a sessão foi estruturada: Rui Rasquilho, Pedro Canavarro, Soraya Genin, Luis Raposo e Vítor Coias apresentaram uma visão subordinada ao tema “Associações ontem, hoje e amanhã”.

A necessidade de intervenções mais qualificadas em património cultural, com o necessário estudo e a formação técnica na área do património construído em todas as suas vertentes (projeto, construção, fiscalização, gestão, etc.), o apoio das ONG às entidades públicas e privadas na elaboração dos programas de reabilitação do património cultural construído, contribuindo tanto na definição das metodologias de intervenção mais adequadas, como na identificação de usos compatíveis foram temas reforçados neste encontro pela voz de Alice Tavares, Presidente da APRUPP.

A ligação das ONG com as instâncias decisórias foi outro dos temas debatidos neste encontro, concluindo-se da necessidade, cada vez mais urgente e premente, de implementação da legislação (sobretudo a Lei de Bases do Património e as normas internacionais) no que refere ao contributo ativo das Associações na gestão do património cultural, ou à participação das estruturas associativas de defesa do património cultural junto da Administração Pública na conceção de planos e ações que respeitem à proteção e valorização do património cultural. Esta necessidade é cada vez mais relevante sobretudo nos contextos urbanos, onde os processos de gentrificação e desertificação dos centros históricos, cujo caso de Lisboa foi apresentado por Maria de Lurdes Pinheiro, da APPA, têm contribuído para a descaracterização dos locais e destruição dos valores patrimoniais em presença. Também a Associação Barreiro Património Memória e Futuro manifestou a sua preocupação com a salvaguarda do património do Barreiro, alvo de recentes destruições, e a sua preocupação com a possível escalada de ações de natureza idêntica, reforçando a necessidade de uma voz mais activa por parte das ONG de defesa do património, salientando serem estas os garantes da manutenção dos valores patrimoniais das localidades.

Dando também cumprimento ao que havia sido proposto no final do Fórum do Património 2017, apresentaram-se neste encontro alguns exemplos efetivos e concretos de trabalho de ONG sobre o património cultural, lançando-se o desafio de replicar, enquanto estratégia comum, as metodologias de ação, divulgação e captação de público para as esferas da salvaguarda do património. Neste contexto refletiu-se sobre a participação, quer das camadas mais jovens, cujo caso foi relatado pela Amigos do Aqueduto do Convento de Cristo (Rui Ferreira), quer do exemplo dado pelos utentes seniores do Centro de Bem Estar Social da freguesia de Coz, cuja ação no Mosteiro de Coz tem permitido uma valorização do monumento, dando cumprimento ao disposto na Convecção de Faro de 2005, numa lógica de apropriação pelos comunidades do seu valores patrimoniais e a capacitação dessa mesma comunidade numa ação em favor desses mesmos bens.

Para as ONG presentes no encontro as grandes preocupações são comuns e orientam-se em torno de duas grandes questões: a) a capacidade de ação das ONG sobretudo com a rapidez e eficácia necessária quando confrontadas com destruições de elementos patrimoniais, cada vez mais frequentes; b) a capacidade de ação das ONG em termos da sua

organização e dinâmica interna, colocando em evidência a necessidade de uma estratégia de financiamento sustentável, e sem constrangimentos, das atividades das ONG do património tendo em conta o papel que estas desempenham em prol da defesa de uma herança comum.

O dia, em Alcobaça, terminou com uma visita ao Museu de Cerâmica de Alcobaça, numa visita guiada pelo seu Diretor Jorge de Sampaio, que nos levou numa viagem pela produção nacional de cerâmica de mesa desde o século XIX, focada nas indústrias da região de Alcobaça.

Este evento, que relembrou o I Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, decorrido em 1978 em Alcobaça, e cujos 40 anos foram assinalados numa pequena exposição retrospectiva no auditório da Biblioteca de Alcobaça, insere-se numa continuidade de um conjunto de ações visando “a defesa da nossa herança comum”, sendo a divulgação dos conteúdos uma das ações indispensáveis, se quisermos que a mensagem passada pelos vários oradores chegue ao grande público.

É notório que temos um caminho a realizar, individual e coletivo, para que possamos ter uma atuação plena na salvaguarda do património cultural português. Nas palavras de tantos patrimonialistas, ninguém protege aquilo que não ama.

Temos que voltar a advogar o lema da Campanha Nacional para a Defesa do Património

